

Estudantes sob controle: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância

Lucas Melgaço¹

Resumo

As câmeras de segurança têm sido vistas no Brasil como verdadeiras panaceias para os problemas de segurança urbana. Acredita-se que elas seriam capazes de afastar os medos ao transformarem o espaço em algo racional e previsível. Porém, a racionalidade em excesso pode se transformar em irracionalidade, fazendo com que a busca por segurança resulte em um cotidiano excessivamente controlado e, no limite, opressivo. Além disso, o método dialético sugere que toda racionalidade vem acompanhada de sua contrarracionalidade: as câmeras podem ter usos efetivos diferentes dos inicialmente propostos. Com exemplos principalmente da cidade de Campinas, e com destaque ao uso de câmeras em escolas, este artigo propõe uma reflexão sobre algumas das consequências da racionalização do espaço feita através da vigilância eletrônica.

Palavras-chave

Vigilância por câmeras; Racionalização do espaço; Contrarracionalidade; Vigilância em escolas; Campinas.

Students under control: rationalization of educational spaces through surveillance cameras

Abstract

Video surveillance has been considered in Brazil as a form of panacea capable of solving a large diversity of security issues. It is believed to fight some fears by transforming the urban space into something more rational and predictable. However, when applied to CCTV surveillance, the excess of rationalization can lead to the restraint of individual liberties and the creation of oppressive and totalitarian spaces. Moreover, the dialectical approach suggests that rationalization can also result in the emergence of counter-rationalities: for instance, CCTV cameras can be used

in a variety of ways, possibly in spite of their original purpose. Using data gathered mainly from schools in the Brazilian city of Campinas, this paper aims to discuss some of the consequences of electronic surveillance in everyday life.

Keywords

Video surveillance; Surveillance in schools; Rationality; Rationalization of space; Counter-rationalities.

Introdução

Navegamos dentro de uma imensa esfera, sempre incerta e flutuante, do princípio ao fim. Quando pensamos em fixar-nos e firmar-nos em qualquer ponto, ele ondula e nos abandona; e se o seguirmos ele se esquiva, escorrega e foge em uma fuga eterna. Nada nos resta. Essa é a nossa condição natural, mesmo que contrária à nossa propensão. Ardemos no desejo de encontrar um terreno firme e as bases últimas onde construir uma torre que se erga até o Infinito. Mas todo o nosso alicerce racha, e a terra se abre em abismos. (BLAISE PASCAL, *Pensées* n. 72, tradução nossa)

Essa belíssima passagem de Pascal remete ao embate entre a necessidade humana de estabilidade e a constante imprevisibilidade do cotidiano. O cotidiano é justamente essa amálgama dialética entre rotina e novidade. Eventos de escalas diversas podem ser citados para exemplificar o caráter instável e imprevisível do cotidiano. Talvez o acontecimento da história recente mais marcante da impossibilidade de se prever o futuro tenha sido o atentado às torres gêmeas em Nova Iorque em 11 de setembro de 2001. No dia anterior ao evento, os frequentadores daqueles dois prédios não poderiam jamais imaginar a tragédia que estava por ocorrer. Também impossível teria sido os frequentadores da Columbine High School cogitarem em 19 de abril de 1999 que no dia seguinte dois jovens entrariam armados na escola e matariam 12 alunos, um professor e feririam tantos outros antes de se matarem. Ainda mais improvável teria sido prever que massacre semelhante se repetiria numa instituição brasileira, como o que ocorreu na Escola Municipal Tasso da Silveira no bairro de Realengo, Rio de Janeiro, em 6 de abril de 2011.

Quando eventos dessa magnitude chegam ao conhecimento da população, o que geralmente acontece através da grande mídia, eles reforçam o sentimento de pavor e de instabilidade e a busca por segurança. Medos como esses surgem de uma antinomia de conhecimento e desconhecimento dos fatos. Não existissem os

sistemas técnicos de comunicação que possibilitaram o registro e a transmissão das imagens do atentado às torres ou dos dois assassinatos em série, não teríamos delas notícias e, logo, não teríamos pelo que temer. Nesse ponto, foi a possibilidade de conhecimento do fato que permitiu que um novo medo surgisse. Por outro lado, é justamente no desconhecimento do porvir, na impossibilidade de se saber o que acontecerá no futuro e se algum mal nos acometerá, que reside boa parte da origem de nossos medos. Como destaca Thierry Oblet (2008, p. 26, tradução nossa), “A insegurança não advém da violência intrínseca de certos comportamentos, mas muito mais da sua imprevisibilidade, da dificuldade de decifrá-los, de dar a eles um sentido, o que nos leva, às vezes com razão, a ter medos exagerados.”

A busca por segurança é muitas das vezes uma busca pela diminuição e pelo controle dos medos. E o medo é um produto da impossibilidade de se prever o que poderá acontecer no futuro. Quanto menos se conhece um lugar e mais imprevisíveis são as ações que nele possam ocorrer, mais amedrontador ele tenderá a ser.

Nos últimos anos, uma tecnologia tem se destacado quando o assunto é o conhecimento e o controle de espaços: o monitoramento por câmeras. O primeiro circuito interno de vídeo foi criado em 1942 pela empresa alemã Siemens e foi colocado em funcionamento ainda na Segunda Guerra Mundial para observar o lançamento dos foguetes V-2 (MACHADO, 1993). Desde então as câmeras de circuito fechado de televisão (CFTV), também conhecidas pela sigla em inglês *closed-circuit television* (CCTV), têm se disseminado por diversas cidades do mundo.

No Brasil, as câmeras começam a fazer parte das paisagens a partir da década de 1980, inicialmente como estratégia de monitoramento do trânsito (BALBIM, 2003), sendo posteriormente utilizadas para fins securitários. Os primeiros a empregar a vigilância por câmeras como instrumento de segurança foram os bancos. O mais antigo registro na legislação brasileira desse tipo de monitoramento aparece, em 1983, na lei 7.102 (KANASHIRO, 2008) que dispõe sobre as normas de funcionamento para estabelecimentos bancários.

Já no ano de 1993, Arlindo Machado destacava a banalização do monitoramento por câmeras no Brasil:

Os sistemas eletrônicos de vigilância multiplicam-se em progressão geométrica por toda parte. Não apenas os aeroportos ou estações de trem e metrô, mas agora até mesmo as estradas, os túneis, os supermercados, os grandes magazines, os bancos, as fábricas e, no limite, escolas e instituições psiquiátricas, estão submetidos aos olhares técnicos e impessoais das câmeras de observação (MACHADO, 1993, p. 220).

Nesses quase vinte anos que se seguiram à afirmação de Machado houve um profundo aprimoramento técnico desses aparelhos e um constante barateamento das tecnologias de monitoramento, o que explica um atual cenário de vigilância ainda mais extremo do que descreveu o autor. Quando o assunto é educação, pode se perceber hoje no Brasil o uso de câmeras de vigilância em todos os diferentes níveis educacionais, do berçário à Universidade. Os entusiastas dessas tecnologias acreditam que a instalação desses aparelhos geram um maior controle e previsibilidade daquilo que acontece naqueles espaços.

A vigilância, porém, não é algo exclusivo das instituições de ensino do período atual. Há muito a instituição “escola” é marcada pelo controle e pela disciplina. Jeremy Bentham, ainda no início do século XIX, projetou não apenas prisões mas também escolas no peculiar modelo panoptico². A grande mudança em relação à forma com que o monitoramento era feito no passado está na passagem de uma vigilância presencial, realizada por bedéis e professores, para uma situação de vigilância informacional, feita através do que Machado (1993) chamou de “máquinas de vigiar”. O olho humano é substituído pelo olhar da câmera. A vigilância por câmeras é, contudo, apenas uma das diversas novas tecnologias de monitoramento informacional que incluem também o controle de frequência por biometria, o rastreamento de acessos à internet e a possibilidade de integração e consulta a bancos de dados cada vez mais detalhados sobre o cotidiano e os hábitos dos estudantes.

Com o intuito de promover uma discussão sobre os usos e consequências dessa informatização do cotidiano escolar, o presente artigo se inicia com uma discussão sobre os conceitos de racionalidade e racionalização, para, na sequência, discutir o uso de câmeras como uma forma de racionalização espacial. Em seguida, são discutidos alguns casos do uso de câmeras de vigilância em escolas, com destaque à cidade de Campinas, recorte teórico principal da pesquisa de doutorado (MELGAÇO, 2010a) que dá as bases empíricas e teóricas deste artigo. O texto se encerra com uma reflexão sobre o conceito de contrarracionalidade através da apresentação de “contra-usos” das câmeras de vigilância.

Espaços da racionalidade

Uma maneira de reduzir a ignorância em relação à realidade e atingir certo domínio sobre ela se dá através da busca pela razão, entendida aqui como a define Morin: “A razão corresponde a uma vontade de se ter uma visão coerente dos fenômenos, das coisas e do universo. A razão tem um aspecto incontestavelmente lógico.” (MORIN, 2005, p. 94). Não se pretende neste texto levantar a história complexa

desse conceito com raízes antigas na filosofia e na teologia, mas, principalmente, dizer que a razão é algo que se situa no campo do cálculo, da argumentação, da dedução e da previsibilidade, e se opõe à emoção. A emoção diz respeito à captação imediata dos fenômenos através dos sentidos de maneira não refletida. Quando se fala em medo, faz-se referência menos à razão do que à emoção.

A racionalidade seria, por sua vez, a propensão para lidar com o mundo a partir da razão, caminho que impreterivelmente deve ser seguido caso se almeje conhecer mais a fundo a realidade. Para Morin (2005, p. 94) “a racionalidade é o jogo, o diálogo incessante em nosso espírito, que cria as estruturas lógicas, que as aplica sobre o mundo e que dialoga com esse mundo real”. A racionalidade é uma derivação do conceito de razão e diz respeito à vontade de se compreender o mundo através de um espírito mais científico. Para Raymond Bourdon (2009), a racionalidade diz respeito a um acúmulo de pensamentos e teorias que vão progressivamente se cristalizando.

Segundo o filósofo Franklin Silva, a racionalidade faria parte do processo de manipulação da realidade através da transformação de todo e qualquer objeto em coisa:

A natureza, e tudo que ela contém, passa de força a coisa. Há que se entender, no entanto, que este processo de reificação inscreve-se no âmago da racionalidade instrumental como a sua própria razão de ser. É desta forma que todo e qualquer objeto deve ser tratado como coisa. Não é difícil constatar então que a homologia formalmente exigida para que o instrumento modele seu produto faz com que fique estabelecida também uma íntima relação entre razão e coisa, racionalidade e reificação. É a expansão do reino do físico-inerte que constitui assim o triunfo da razão. Ora, o compromisso que assim se institui entre a *atividade* da razão e a *passividade* de um mundo de objetos redundando na completa identificação entre racionalidade e manipulação. (SILVA, 1997, grifos do autor).

Numa pequena discordância dos conceitos propostos por Morin, chamar-se-á de racionalização a aplicação da racionalidade a uma situação real e de racionalismo o fato de se querer reduzir a realidade a um sistema exclusivamente racional. A racionalização é um processo de decodificação do mundo, uma simplificação da realidade para que ela se torne tangível.

Um dos principais teóricos a pensar o conceito de racionalização foi o alemão Max Weber para quem a forma de racionalização típica do modo de produção capitalista seria a burocracia (WEBER, 1982). O sociólogo estadunidense George

Ritzer traz uma interessante interpretação da teoria weberiana ao propor o conceito de “mcdonaldização da sociedade” (2011). Segundo Ritzer, as características de gerenciamento dos restaurantes fast food teriam se disseminado para diversas áreas da vida humana e poderiam ser resumidas a quatro princípios: eficiência, cálculo, previsibilidade e controle.

O princípio da eficiência diz respeito ao método mais prático de se atingir um ponto a partir de outro. Para Ritzer, o drive-through do McDonald’s seria um exemplo de máxima eficiência para se passar de uma situação de fome para outra de saciedade. O segundo princípio, o do cálculo, é evidente na quantificação do tempo das ações exercidas pelos funcionários e dos balanços dos produtos em função do tamanho das porções e dos preços praticados. A previsibilidade pode ser identificada na segurança de que o cliente terá acesso ao mesmo Big Mac, independente da filial em que o consumir. Para o autor, essa busca por previsibilidade revela um interesse contemporâneo em um mundo isento de maiores riscos e surpresas. O controle, por fim, é evidenciado pela forma como os movimentos e ações dos funcionários são limitados a tarefas previamente designadas pelos gerentes (RITZER, 2011).

Apesar de pouco inovadora em relação ao que Weber já havia dito sobre o processo de racionalização, a proposta de Ritzer deixa clara como a racionalidade está cada vez mais atrelada a inúmeras ações da vida cotidiana. A racionalização nos acompanha hoje em todas as etapas da vida, do nascimento à morte. Com as técnicas de ultrassonografia, por exemplo, um casal pode prever o sexo do filho e controlar a saúde do seu desenvolvimento ainda dentro do útero materno. A escola, por sua vez, tem sido cada vez mais marcada pela eficiência: inúmeras são as instituições brasileiras que desde os primeiros níveis educacionais já preparam seus alunos com o intuito de que eles sejam bem sucedidos nos vestibulares. Cerimônias como o casamento também revelam uma profunda racionalização, a exemplo das listas de presentes elaboradas pelos noivos. Elas fazem com que o ato de presentear seja marcado pela eficiência, ao evitar a repetição de presentes, e pela previsibilidade, já que os noivos escolhem de antemão aquilo que desejam receber. Até mesmo a morte é marcada por racionalização. Quem já passou pela experiência de sepultar um ente próximo sabe bem que se trata de um momento em que é preciso conciliar a emoção da perda com as inúmeras questões “burocráticas” — no sentido banal do termo — que o evento exige, tais como o fechamento de contas em bancos, a emissão do atestado de óbito, o recebimento de seguros e o pagamento das despesas do funeral.

O geógrafo Milton Santos (2008) advoga a tese de que não apenas as ações se tornam imbuídas de racionalidade mas também o próprio espaço se racionaliza. O

autor dedica um capítulo inteiro da sua obra mais importante, *A Natureza do Espaço*, para tratar dos “Espaços da Racionalidade”. Segundo Santos, mais do que uma racionalidade *nas* coisas, pode-se falar também em uma racionalidade *das* coisas.

Seguindo o raciocínio proposto por Santos, a partir do momento em que a técnica se materializa em objetos técnicos poderia se falar em racionalização do espaço. Para o autor, a racionalização é, contudo, muito mais clara e extensiva no atual período informacional, quando o espaço é fortemente marcado pela busca por eficiência, cálculo, previsibilidade e controle.

O anseio cada vez mais urgente por segurança pode ser compreendido como uma forma de racionalização do espaço. A posse do conhecimento sobre o lugar afastaria a imprevisibilidade e o medo. A racionalização espacial para fins de segurança se dá de variadas maneiras, como através da demarcação de limites, da construção de barreiras, de muros, de construções que regulem os movimentos das pessoas e selecionem aquelas que terão o privilégio de frequentar um determinado lugar. A construção de espaços exclusivos, como no caso dos shopping centers, condomínios fechados ou das arquiteturas anti-indesejáveis (MELGAÇO, 2010b), seria um exemplo empírico de racionalização do espaço para fins de segurança.

No atual período técnico-científico e informacional (SANTOS, 2008), essa racionalização tem se dado especialmente através de técnicas que se utilizam da informatização do cotidiano. Estão incluídas aqui todas as formas de vigilância feitas a partir do controle da informação, tais como o rastreamento de aparelhos celulares e de cartões magnéticos e, obviamente, o monitoramento por câmeras.

A racionalização do espaço escolar através do monitoramento por câmeras

Ao se considerar os usos de câmeras de vigilância tanto em escolas, mas também em outros ambientes como bancos, locais de trabalho ou vias públicas, eles podem ser classificados em função do passado, presente e futuro da ação monitorada. Em relação ao passado, as câmeras têm como objetivo registrar as ocorrências e servir de banco de dados para investigação e identificação. Suas imagens podem inclusive ser utilizadas judicialmente como provas de um crime. Como aponta Warnick (2007), no caso do uso em escolas os registros das câmeras são por vezes utilizado para confrontar a confissão dos alunos na ocasião de um incidente. Mais do que uma questão de segurança, as câmeras funcionam, nessas situações, como uma questionável ferramenta pedagógica: elas incentivam a substituição de confiança por suspeição. Além disso, as gravações fazem com que uma ação antes restrita a um

momento e a um local possa se perdurar no tempo e no espaço. Aquilo que antes pertencia apenas à memória do bedel ou do professor pode agora ser visto e revisto infinitas vezes. Ademais, as imagens podem ser transmitidas em lugares diferentes daqueles onde foram produzidas e, por estarem fora de contexto, podem gerar interpretações destorcidas e punições injustas.

Já em relação ao tempo presente, a câmera tem o objetivo de servir como uma extensão dos olhos do vigilante. A tecnologia aumenta a área de ação daquele que vigia uma vez que o agente, diante da tela de computador, identifica uma atividade suspeita ou mesmo um crime já em vias de ser cometido e age em tempo real, enviando alertas e impedindo que a ação seja concluída. A função relacionada ao tempo presente é certamente aquela em que a câmera se mostra menos eficiente: são raros os casos em que criminosos foram presos em flagrante graças ao uso das câmeras em locais públicos. Nas escolas também é bastante incomum a existência de um funcionário encarregado exclusivamente do acompanhamento em tempo real do que é captado pelas câmeras.

O terceiro objetivo, aquele voltado ao tempo futuro, é o que as câmeras desempenham com mais eficiência. Ele se refere à capacidade de evitar que uma ação ocorra ao induzir no possível infrator a sensação de que ele está sendo continuamente vigiado. O efeito coercitivo é mais evidente no período imediatamente posterior à instalação desses aparelhos. Com o correr do tempo, porém, é comum as pessoas se acostumarem com as câmeras e, com isso, ignorarem sua presença. Outra reação igualmente frequente é a adaptação ao espaço monitorado, em que indivíduos usam artimanhas para impedir a possibilidade de identificação nas imagens registradas.

Por conseguinte, uma câmera que esteja em funcionamento e ligada a um sistema de armazenamento de dados responde às finalidades passado, presente e futuro descritas anteriormente. Já uma câmera ligada, mas que não armazena as imagens, atende apenas às funções presente e futuro. E, finalmente, uma câmera falsa, em que imagens não são nem produzidas nem gravadas, tem apenas a função futura, pois sua única utilidade é a de coerção.

A segurança é sempre o discurso por detrás das câmeras. Muitas vezes, porém, estas têm outras funções para além daquelas relacionadas exclusivamente à redução dos medos. Pode ser questionado, por exemplo, se a tendência recente de utilização de câmeras em escolas brasileiras teria apenas o objetivo de trazer mais segurança aos seus usuários ou se elas não estariam também sendo utilizadas como instrumentos de disciplinarização dos corpos e controle generalizado dos comportamentos.

Em Campinas, o monitoramento das escolas municipais é apresentado como um dos objetivos do projeto da Prefeitura intitulado Central Integrada de Monitoramento de Campinas (CIMCAMP), em prática desde meados de 2006 e que também inclui o monitoramento de ruas e cruzamentos da cidade. Em vez de investir na qualificação de professores e de garantir a segurança desses estabelecimentos com investimento em polícias comunitárias, a Prefeitura se rende ao fetiche da tecnologia. As câmeras aparecem como uma saída modernizadora, como uma estratégia de “inteligência urbana”. Devem, todavia, ser avaliadas com cautela afirmações como a do Diretor do Departamento de Apoio à Escola, da Secretaria Municipal de Educação, André Gerin que, ao comentar sobre o projeto diz: “O elemento humano, que são os vigilantes, é susceptível e, com as câmeras, estaremos, ao longo do tempo, reduzindo gastos, já que estaremos diminuindo o número de guardas gradativamente” (BULHÕES, 2007). Essa afirmação revela uma idealização das câmeras, que, vistas como algo não humano, são apresentadas como objetos isentos de intencionalidades.

Merece também atenção o caso da escola privada Anglo, construída dentro de um shopping center de Campinas, algo que já é, de início, objeto de controvérsias. A antiga página virtual do colégio trazia na aba “segurança” uma descrição que muito se assemelhava àquela de uma prisão:

Segurança. Este é o ponto alto e o argumento mais forte a favor da escola no espaço de um Shopping Center, experiência bem sucedida em cidades metropolitanas. Mais de 80 câmeras monitorando corredores, estacionamentos, áreas externas e as duas portarias. Viaturas apoiadas por funcionários bem treinados e instruídos para dar proteção especial a nossos alunos, exercendo permanente vigilância. Público diferenciado, consciente da segurança que desfruta. Tudo isso torna o Anglo Galleria Shopping a mais protegida de todas as escolas da região. Rigoroso controle de acesso ao interior da unidade e câmeras associadas a monitores de vídeo, com gravação permanente de imagem, completam a condição de segurança máxima oferecida ao estudante.

Além de usufruir da estrutura de segurança disponibilizada pelo shopping center, a direção também incluiu no projeto a instalação de um sistema integrado de câmeras de vigilância que contempla inclusive o interior das salas de aula. É evidente que as câmeras colocadas dentro das classes não têm exatamente a função de garantir a segurança dos alunos quanto a um risco externo, mas são voltadas a disciplinar o comportamento dos estudantes e também dos seus professores. Uma professora,

em entrevista, relatou que foi chamada à atenção pela coordenação pedagógica por ter ficado sentada durante toda uma aula.

É importante refletir sobre em que partes da escola as câmeras são alocadas. Uma câmera que vigia as vias públicas que circundam o estabelecimento têm funções e implicações diferentes daquelas que monitoram pátio, corredores e cantina e que, por sua vez, também têm objetivos e consequências diferentes daquelas que vigiam o interior de salas de aula.

As câmeras que cobrem a área externa da escola podem ter como objetivo o monitoramento de pessoas e atividades suspeitas passíveis de oferecer risco a alunos e funcionários. Elas podem servir, por exemplo, para coibir o tráfico de drogas nas premissas do estabelecimento. Por outro lado, as câmeras que vigiam as áreas internas tem menos a função de garantir a segurança dos alunos do que a de servir como instrumentos de disciplinarização dos seus comportamentos.

Já para o diretor da escola Anglo, uma das finalidades das câmeras instaladas nas áreas internas da instituição seria a de reduzir os casos de *bullying*. É possível que um aluno vítima de *bullying* possa realmente se sentir mais seguro com as câmeras. No entanto, esse é um ponto a ser discutido, pois uma das origens desse tipo de violência está justamente na educação de crianças em ambientes que não estimulam a convivência com o diferente. Criadas em espaços cada vez mais segregados e ultra-monitorados, muitas vezes elas respondem com violência quando o perfil de algum aluno sai da normalidade a que estão habituadas. Neste caso, ao invés da escola propor campanhas educativas, ela opta pelo monitoramento.

Solução semelhante tem sido tomada em algumas escolas brasileiras que sofrem com o vandalismo. Algumas delas chegaram até mesmo a colocar câmeras no interior dos banheiros, algo que inclusive fere o Estatuto da Criança e do Adolescente ao expor o aluno a uma possível situação vexatória³. Os pais favoráveis à instalação de câmeras nas escolas em que estudam seus filhos racionalizam a situação de uma maneira simplista ao defenderem o lema de que “quem não deve não teme”. É preciso, porém, refletir sobre as consequências dessa vigilância eletrônica na educação dos alunos. Cria-se um ambiente opressivo e inquisidor, onde o estranho, o diferente, é visto sempre como um suspeito. O que se torna bastante curioso é que, na maior parte das vezes, são os próprios pais que demandam por essas estratégias de monitoramento, não se importando que a seus filhos sejam dados tratamentos semelhante aos que recebem os criminosos nas prisões.

Além disso, as crianças educadas em escolas com excesso de monitoramento eletrônico podem ter uma educação distorcida sobre o conceito de regras, pois aprendem que precisam segui-las porque estão sendo vigiadas e não pela sua im-

portância para a convivência em comunidade. Opinião semelhante tem Emrys Westacott (2010) para quem a vigilância em excesso é sinônima de desconfiança e pode comprometer o desenvolvimento moral do aluno. O autor levanta uma questão que merece ser aqui transcrita na íntegra:

Por exemplo, imagine que você foi visitar duas escolas. No Colégio do Escrutínio, o guia que te mostra a instituição destaca, cheio de orgulho, que as salas onde são realizadas as provas estão equipadas com diversas câmeras, todas interligadas a uma central de monitoramento. Bloqueadores eletrônicos podem ser ativados para prevenir o uso de telefones celulares ou Blackberries. O departamento de TI desenvolve o seu próprio programa de detector de plágios. E lá a tolerância é zero para qualquer desonestidade acadêmica: uma mínima tentativa e você é posto para correr. Como resultado, diz o guia da escola, a taxa de colas no Colégio do Escrutínio é menor do que em qualquer outro campus do país. Os estudantes rapidamente se dão conta de que não vale a pena trapacear e, depois de certo tempo, eles nem mais consideram essa possibilidade. Por outro lado, o Colégio da Honra funciona num sistema de franca honestidade. Os alunos assinam um termo de compromisso de integridade no início de cada ano acadêmico. Naquele colégio, é comum ver professores dando provas para serem resolvidas em casa ou alunos respondendo a avaliações em salas sem qualquer vigilância. Tampouco alguém se preocupa com programas detectores de plágio no estilo do Turnitin.com. Parte-se do princípio de que os alunos são dignos de confiança. Em qual colégio você preferiria estudar? Em qual você matricularia seus alunos? (WESTACOTT, 2010, tradução nossa).

Em outras escolas e berçários de Campinas e do Brasil foram instalados sistemas com os quais os pais podem acessar as imagens de seus filhos em tempo real pela internet. Já existem até mesmo empresas especializadas nesse tipo de transmissão de informações, como é o caso da Câmeraweb, sediada em São Paulo e que atua também na região de Campinas. A empresa desenvolveu um programa chamado “Pátio Virtual” em que os pais, munidos de uma senha, podem acompanhar seus filhos seja de casa, do trabalho ou de qualquer outro lugar com acesso à internet. Aplicações desse tipo de tecnologia podem ser encontradas, por exemplo, na Escola Futura em Campinas. Num misto de medo da violência e compensação pela ausência, os pais se sentem mais seguros ao saber que podem ter acesso a seus filhos, e a seus tutores, sempre quando quiserem.

Há ainda quem defenda a obrigatoriedade da instalação de câmeras de vídeo nas escolas. Esse é o caso de um projeto de lei ordinária, em tramitação atualmente na Câmara de Campinas, no qual o vereador responsável propõe a obrigatoriedade das câmeras nas escolas públicas e privadas utilizadas por crianças com idade inferior a sete anos. Segundo o autor do projeto, “a priori essas imagens ficam retidas na escola. Em um segundo momento, o ideal é que sejam disponibilizadas na internet para que toda a sociedade proteja as crianças” (CAMPINAS, 2009). A partir do momento, contudo, em que a imagem de uma criança vira uma informação digital, ela está passível de ser roubada, “hackeada”, podendo ter usos diferentes dos inicialmente previstos. Num exemplo drástico, um pedófilo que consiga quebrar a segurança do sistema poderia ter acesso às imagens das crianças. O projeto de lei prevê ainda que, no caso de aprovação, as escolas e creches teriam 90 dias para se adequar ou receberiam uma multa. As câmeras seriam, assim, impostas, não tendo os pais e diretores escolares o direito de não querer que suas crianças sejam eletronicamente monitoradas.

Ainda em relação à disciplinarização dos corpos e comportamentos, deve ser feita uma menção ao uso das câmeras como mantenedoras da moralidade. Um professor de um tradicional colégio católico de Campinas relatou certo fato que causou polêmica na instituição: dois alunos foram flagrados pelas câmeras em atos libidinosos nas dependências do colégio. Em consequência dos rumores, esse fato chegou aos ouvidos dos funcionários, professores, pais e alunos, causando um grande constrangimento para o casal de adolescentes. Para poupá-los do *bullying* e das humilhações, os pais dos envolvidos resolveram transferi-los da escola. Em vez de trazer segurança, as câmeras geraram uma situação de violência para aqueles jovens.

Não só em estabelecimentos de ensino, mas também em áreas de uso público, as câmeras têm sido utilizadas como fiscais de comportamento. Em um vídeo difundido pela internet pode ser visto um casal praticando atos considerados obscenos no estacionamento de um shopping center em Campinas. Em poucos minutos os guardas do local intervieram, reprovando aquela ação inusitada. O objetivo aqui não é o de defender ou reprovar a ação dos amantes, mas de refletir sobre o uso de câmeras de vigilância como fiscais da moralidade. A decisão do que é moralmente aceitável deixa de ser um atributo coletivo e passa a ser de responsabilidade do vigilante encarregado de acompanhar o que é apresentado nos monitores. Além disso, o próprio fato de tal vídeo ter chegado à internet mostra a fragilidade de um sistema que deveria primar pela segurança e sigilo dos dados registrados.

Até mesmo no edifício em que morávamos, em Campinas, temos um exemplo de instalação de câmeras para fins disciplinares. Lá, elas foram espalhadas pelos prin-

cipais pontos de passagem dos moradores, tendo inclusive uma delas sido instalada na sala de ginástica. É óbvio porém que, dificilmente, um assaltante roubaria uma esteira ou uma bicicleta ergométrica de mais de 40 quilos. Nesse caso, as câmeras de vigilância foram colocadas com o intuito de disciplinar os próprios moradores para que eles não estragassem os aparelhos da sala. Após a instalação das câmeras, entretanto, algumas moradoras do edifício relataram que não mais frequentaram o local após perceber que poderiam ser monitoradas por pessoas estranhas enquanto se exercitavam. Esse exemplo, mesmo que muito particular, mostra que a opção pelo monitoramento por câmeras traz consequências muitas vezes ignoradas por aqueles que planejaram a instalação das mesmas.

Racionalismos e contrarracionalidades

O atual meio técnico-científico e informacional tem na busca pela racionalidade uma das suas principais marcas. Através sobretudo do controle da informação, pretende-se criar um cotidiano previsível e um espaço controlado. Ao mesmo tempo em que certa racionalização seja necessária para se conseguir “decifrar o mundo”, uma simplificação em excesso nega a complexidade do real e pode sugerir interpretações enviesadas. Nesse sentido, ter-se-ia o racionalismo — que Morin (2005, p. 94) chama de racionalização — o qual consistiria na vontade de se aprisionar a realidade num sistema coerente, deixando de lado tudo aquilo que foge a esse sistema lógico.

Racionalismo seria então o exagero de racionalização. Esse exagero pode levar ao que Ritzer (2011) chama de “irracionalidade da racionalidade”, ou ao que Karel Kosik (1976, p. 90) prevê ao dizer que “a racionalização da sociedade moderna se faz acompanhar da perda da razão”. A instalação de câmeras de vigilância em salas e banheiros de escolas é um claro exemplo de racionalização que, de tão focada num objetivo final e único, perde de vista quão absurdo ela se pode ter transformado.

A racionalização, algo que a princípio seria uma forma de emancipação, quando transformada em racionalismo pode ser fonte de submissão. Como aponta Franklin Silva,

[...] a emancipação se converte em submissão, na medida em que o progresso da razão instrumental coincide com a regressão do humano à categoria de coisa. O impulso para a dominação da natureza nasceu do temor frente ao desconhecido. Os mitos e os rituais cumpriram primeiramente esta função, em que o homem, para controlar, se submetia. A ciência, ao desencantar a natureza, isto é, ao substituir a relação com as forças pela formalização metódica de índole matematizante, apazi-

guou a exterioridade, destituindo-a de vida. Mas o triunfo da instrumentalidade dominadora instaurou uma outra fonte de dominação, a própria razão enquanto essencialmente dominadora. (SILVA, 1997).

Por mais que se queira submeter o espaço aos processos de racionalização, no cotidiano dos lugares sempre existirá a possibilidade da novidade e do inesperado. O atentado às torres gêmeas, citado no início deste texto, é uma das provas da incapacidade de se reduzir a realidade a uma previsão racional. Muito mais do que um simples ato de brutalidade e de irracionalidade, aquele atentado responde muito bem aos princípios de eficiência, cálculo, previsibilidade e controle que definem um processo como algo racional. Os responsáveis pelo ataque, mesmo que motivados por ideais religiosos e pertencentes ao campo das emoções, utilizaram-se de uma profunda racionalidade para conseguir realizar o que pretendiam. Eles subverteram a finalidade de um objeto técnico moderno, um avião de passageiros, e o utilizaram como uma arma. Práticas como essas podem ser consideradas contrarracionalidades. Uma ação contrarracional é aquela que, tirando proveito das mesmas facilidades técnicas do atual período, procura agir de forma subversiva. Como apontou Santos (2008, p. 309): “O que muitos consideram, adjetivamente, como “irracionalidade” e, dialeticamente, como “contrarracionalidade”, constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.”

É importante também dizer que apesar da evidente aproximação entre o conceito de contrarracionalidade e a noção de resistência, esses dois termos não são exatamente sinônimos. Resistência diz respeito a uma oposição simples a um ato ou a uma tendência. Como exemplo de resistência à vigilância excessiva pode ser citado o crescente número de depredações às câmeras de segurança nas escolas de Campinas, situação relatada por um dos técnicos da CIMCAMP em entrevista. Contudo, para que uma ação seja considerada como contrarracionalidade ela deve obrigatoriamente reutilizar uma racionalidade, mas com finalidades diferentes das usualmente esperadas.

Um exemplo claro de contrarracionalidade fora do âmbito escolar é o que fez o cineasta David Valentine em seus curta-metragens “The Comercial” (2006) e “Minã Olen” (2006)⁴, produzidos a partir de imagens “roubadas” de sistemas de vigilância. O autor utilizou uma técnica chamada *video sniffing*, que consiste na captação de imagens através de uma placa receptora de dados e uma câmera digital. Quando as câmeras são instaladas com sistemas sem fios, os dados que elas produzem precisam ser enviados para uma estação central. É no meio desse caminho que agem os ha-

ckers, identificando o sinal e interceptando-o. Tal técnica é relativamente simples e barata. Qualquer pessoa com um pouco mais de curiosidade e disposição consegue montar uma estação de recepção de *video sniffing* através dos tutoriais disponíveis na internet, como aquele veiculado pelo grupo de mídia independente Mediashed⁵.

O *video sniffing* é um exemplo interessante de contrarracionalidade envolvendo as câmeras de vigilância, pois a partir de tecnologias normalmente voltadas ao monitoramento e controle, esses autores produziram arte. Eles subverteram a função inicialmente prevista para a tecnologia, dando a ela um uso contestador.

Em entrevista, os diretores do programa CIMCAMP afirmaram seu desconhecimento dessas técnicas de pirataria de imagens. Na racionalidade com que pensaram o programa não havia abertura para o contraditório, para as contrarracionalidades. Independente da vontade deles, o cotidiano será, no entanto, sempre impreterivelmente criativo e surpreendente.

Já os favoráveis à instalação de câmeras em escolas certamente não consideraram esse aspecto inventivo do cotidiano. Eles provavelmente não têm consciência de que a mesma câmera utilizada para monitorar uma criança pode também ser utilizada por um hacker mal intencionado. Isso mostra que a informatização de algumas práticas cotidianas pode criar riscos até então inexistentes⁶. Prova disso é o surgimento de uma forma nova de *bullying*, o *cyberbullying*. As humilhações, agressões e ameaças acontecem agora não apenas nos intramuros da escola, mas podem se reproduzir pelo mundo virtual através de telefones celulares, e-mails, programas de bate-papo e sites de relacionamentos na internet.

Outro exemplo de contrarracionalidade é o que Mann, Nolan e Wellman (2003) chamam de *sousveillance*. O termo é uma derivação da palavra *surveillance*, que significa vigilância em francês (termo igualmente utilizado em inglês). Porém, enquanto *surveillance* diz respeito à vigilância “por cima” (*sur*, em francês), *sousveillance* diz respeito ao monitoramento feito de baixo (*sous*). Os autores chamam de *sousveillance* a contra-vigilância feita a partir de pequenos aparelhos portáteis. Segundo os autores, a *sousveillance* reduziria as disparidades entre quem monitora e quem é monitorado.

Um exemplo de *sousveillance* cada vez mais comum nas escolas tem sido o uso de celulares e máquinas digitais pelos alunos com o intuito de filmar as ações de professores e funcionários. O constante barateamento e a miniaturização das tecnologias de gravação em vídeo favorecem a multiplicação dessa prática.

É importante ainda destacar que nem todas as contrarracionalidades à video-vigilância são necessariamente atos de resistência contra os excessos de monito-

ramento eletrônico. Em Campinas, por exemplo, um grupo de camelôs instalou câmeras como forma de proteção ao seu comércio de produtos contrabandeados, o que demonstra como as tecnologias de vigilância podem ser usadas até mesmo para favorecer práticas ilegais.

Sendo assim, enquanto o conceito de racionalismo evidencia os riscos de se racionalizar o espaço de uma maneira reducionista ou extremamente focada em um único objetivo, o conceito de contrarracionalidades deixa claro que, por mais que se queira transformar o espaço em algo racional, previsível, calculado e controlado, sempre haverá a possibilidade de subversão aos processos de racionalização.

Considerações Finais

Este texto teve como objetivo propor uma reflexão sobre o uso de câmeras de vigilância a partir de uma discussão sobre racionalidade, racionalização do espaço, racionalismo e contrarracionalidade. Não se pretendeu simplesmente repudiar de forma incondicional a opção pelas câmeras de vigilância. Se as câmeras ou o monitoramento eletrônico de modo geral fossem sempre algo ruim, o trabalho a ser feito não seria científico mas sim militante. Elas, porém, como qualquer outra tecnologia, não são boas ou más por si só. O mais importante é saber a forma como elas são utilizadas. Por que não usar, como exemplo, as câmeras externas das escolas para impedir que pais estacionem em fila dupla para buscar seus filhos?

A escola é, por excelência, um lugar especial e delicado, pois o que se faz ali pode virar modelo de comportamento para os alunos. Por isso, não se deve considerar da mesma forma a instalação de um sistema de videovigilância em uma escola e o monitoramento feito em outros locais como um shopping center, um aeroporto, um banco ou uma via pública. Se a disciplina e a segurança dos alunos são necessárias, também é igualmente fundamental a garantia de que a escola seja um espaço de confiança e aberto à novidade, ao inusitado. É preciso, assim, evitar uma racionalização excessivamente simplista. A previsibilidade e o controle são inimigos da criatividade. E como ainda aponta Warnick (2007) a vigilância permanente e negação do direito à privacidade inibem a criação de uma autodisciplina e de um senso de responsabilidade nos alunos.

Apenas dizer que após a instalação desses aparelhos os índices de indisciplina de uma escola ou a taxa de furtos de uma cidade diminuíram não é argumento suficiente para justificar a opção pelo monitoramento. É preciso incluir também nesse balanço todas as neuroses e violências causadas pelas câmeras. Além disso, não se discute a seguridade dos sistemas de segurança, ou seja, a que riscos se está exposto quando se é filmando ou quando o dia-a-dia é registrado em dados e informações.

Deve-se enfrentar o desafio de evitar que a racionalização do espaço feita a partir das câmeras se torne um racionalismo e que descambe em irracionalidades. Para isso, a ideia de complexidade trazida por Morin parece bastante esclarecedora. Segundo o autor (2005, p. 9), falar em complexidade é assumir a incapacidade humana de colocar ordem na realidade. Morin alerta que é inútil e arriscado querer reduzir a realidade a um simples sistema lógico e racional.

Se o espaço fosse aderente à racionalização simplista, as câmeras de vigilância presentes nas escolas de Columbine e de Realengo teriam sido capazes de impedir os dois massacres que lá aconteceram. Elas, pelo contrário, tiveram como única serventia a propagação dos medos ao permitirem que as imagens dos dois morticínios fossem irresponsavelmente utilizadas pelo jornalismo sensacionalista. Ironicamente, como aponta Torin Monaham (2006) para o caso americano mas que também se aplica ao brasileiro, o medo gerado por aqueles imagens reforçou a corrida das escolas por ainda mais vigilância eletrônica.

Dessa maneira, o espaço, como algo por essência complexo, não poderá jamais ser reduzido a uma estrutura puramente racional. É preciso, assim, reconhecer o limite da racionalização do espaço feita através da vigilância por câmeras e considerar as inevitáveis contrarracionalidades por ela engendradas. Isso diminuirá os riscos do surgimento de racionalismos e de irracionalidades.

Referências Bibliográficas

BALBIM, Renato. *Práticas espaciais e informatização do espaço da circulação: mobilidade cotidiana em São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia. FFLCH-USP. São Paulo, 2003.

BRASIL, *Lei Federal 8.069/90*: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF. 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 1 out. 2010.

BULHÕES, Nice. *Câmeras chegam a 21 escolas de Campinas*. Correio Popular. 20 jan. 2007.

CAMPINAS. *Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Vereador quer Big Brother nas escolas*. Página da Câmara Municipal de Campinas. 2009. Disponível em: <<http://www.camaracampinas.sp.gov.br/noticias/vereador-quer-big-brother-nas-escolas/>>. Acesso em: nov. 2009.

DELEUZE, Gilles. *Pourparlers*, 1972 - 1990, Paris: Les éditions de Minuit, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

KANASHIRO, Marta. *Surveillance Cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation, and the new meanings of security*. *Surveillance & Society*. 5(3). p. 270-289. 2008. Disponível em: <<http://www.surveillance-and-society.org/articles5%283%29/brazil.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Arlindo. *Máquinas de vigiar*. In: _____. *Máquina e imaginário*. O desafio das políticas tecnológicas. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 219-234.

MANN, Steve; NOLAN, Jason; WELLMAN, Barry. *Sousveillance: inventing and Using Wearable Computing Devices for Data Collection in Surveillance Environments*. *Surveillance and Society*, n. 1 (3), p. 331-355, 2003. Disponível em: [http://www.surveillance-and-society.org/articles1\(3\)/sousveillance.pdf](http://www.surveillance-and-society.org/articles1(3)/sousveillance.pdf). Acesso em: 20 set. 2011.

MATHIESEN, Thomas. *The viewer society: Michel Foucault's "panopticon" revisited*. *Theoretical Criminology*, vol. 1 (2), p. 215-234, 1994.

MELGAÇO, Lucas. *Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo e Universidade de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010a. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022011-105832>>. Acesso em: 26 set. 2011.

_____. *A cidade e a negação do outro*. *Com Ciência*, n. 118, 10 mai. 2010b.

MONAHAM, Torin. *The surveillance curriculum: risk management and social control in the neoliberal school*. In: _____. (org). *Surveillance and Security: technological politics and power in everyday-life*. New York: Routledge, 2006, p. 109-124.

MORIN, Edgar. *Introduction à la pensée complexe*. Lonrai-França: Éditions du Seuil, 2005.

OBLET, Thierry. *Défendre la ville: La police, l'urbanisme et les habitants*. Paris: Presses-Universitaires de France, 2008.

PASCAL, Blaise. *Pascal's Pensée*, n. 72. T. S. Eliot. New York: Dutton Paperbacks, 1958.

RITZER, George. *The McDonaldization of Society* 6. Los Angeles: SAGE/Pine Forge, 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2008 (1996).

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Conhecimento e Razão Instrumental*. Psicologia USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 11-31, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100002>. Acesso em: 6 ago. 2010.

WARNICK, Bryan. *Surveillance cameras in schools: an ethical analysis*. Harvard Educational Review, 77 (3), p. 313-343, 2007.

WEBER, Max. *Burocracia*. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. GERT, H.; WRIGHT MILLS, C. (org). Rio de Janeiro: LTC, 1982 (1949), p. 229-282.

WESTACOTT, Emrys. *Does surveillance makes us morally better?* Philosophy Now, n. 79, jun./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.philosophynow.org/issue79/79westacott.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

Notas

- 1 Doutor em Geografia Humana pelas Universidades de São Paulo, Brasil e de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, França (co-tutela). Atualmente faz um pós-doutorado em parceria entre a Queen's University, no Canadá e a Vrije Universiteit Brussel (VUB), na Bélgica. E-mail: lucasmelgaco@gmail.com
- 2 O panóptico é um modelo de prisão projetado por Jeremy Bentham que, pelo seu arranjo espacial, faz com que os prisioneiros estejam constantemente sob a mira de guardas encobertos. Essa noção foi retomada por Michel Foucault na célebre obra “Vigiar e Punir”. Para Foucault (1975, p. 202, tradução nossa), o efeito mais importante do panóptico seria o de “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura um funcionamento automático do poder”. A etimologia do termo vem do grego pan, que significa todos, e optikós, visão. O panóptico seria então o olho onipresente, aquele que tudo vê. Para Gilles Deleuze (1990), o modelo panóptico já não explicaria os efeitos da vigilância no período atual, pois, segundo o autor, estaríamos agora não mais vivendo numa sociedade disciplinar, marcada pela clausura e vigilância de lugares fechados, mas, sim, numa sociedade de controle em que, mediada pelos sistemas informacionais, a vigilância se dá de forma permanente e difusa. Já Thomas Mathiesen (1994) afirma que o entendimento da vigilância no período atual passa não apenas pela compreensão do panóptico, em que poucos vigiam muitos, mas também deve incluir a noção de sinóptico, em que muitos vigiam poucos. Como exemplo ele cita a televisão e a possibilidade de uma grande massa de espectadores acompanharem e monitorarem a vida de poucos artistas e jornalistas.
- 3 Segundo o artigo 18, da Lei federal 8.069/90: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (BRASIL, 1990, grifo nosso).
- 4 Disponíveis, respectivamente, em: <<http://mediashed.org/videosniffincom>> e <<http://mediashed.org/node/3901>>. Acesso em: 23 set. 2011.

- 5 Disponível em: <<http://www.gearbox.mediashed.org/?section=tutorials&action=view&id=120&thisStep=0>>. Acesso em: 23 set. 2011.
- 6 Sobre os riscos da informatização do cotidiano ver os documentários “Suspect Nation” (2006), do diretor Neil Ferguson, “Big Brother, Big Business” (2006), de Lori Gordon e “Every Step you Take” (2007) de Nino Leitner.

Recebido em setembro de 2011, aprovado para publicação em dezembro de 2011.

